

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.179 - MA (2020/0040681-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : VICTOR YAN BARROS DE ARAUJO (PRESO)
ADVOGADO : ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS - MA007823
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por VICTOR YAN BARROS DE ARAUJO em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Maranhão, assim ementado (fl. 202):

Habeas corpus. Crimes de homicídio doloso praticado na direção de veículo automotor e dano. Prisão Preventiva. Alegada ausência de fundamentação. Inocorrência. Acautelamento da ordem pública. Particularidades do caso concreto que recomendam a manutenção do cárcere. Substituição pela custódia domiciliar. Inviabilidade. Patologia grave e necessidade de cuidados fora da unidade prisional não demonstradas. Constrangimento ilegal não caracterizado. Ordem denegada.

1. Se a decisão que determina a prisão preventiva arrima-se em elementos concretos extraídos do caso sub examine, no tocante à garantia da ordem pública, não há o que se falar em ausência de motivação.
2. In casu, o paciente foi autuado em flagrante delito, em face de estar na direção de veículo automotor, em alta velocidade e em via pública, quando vitimou 14 (quatorze) pessoas, dentre as quais 05 (cinco) vieram a óbito.
3. As medidas cautelares diversas da prisão são incabíveis quando as circunstâncias evidenciam que providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.
4. A substituição da prisão preventiva por domiciliar depende da demonstração, no caso concreto, do grave estado de saúde em que se encontra o paciente, além comprovação de impossibilidade de receber tratamento na unidade prisional, o que não se verifica nos autos. Precedentes do STJ.
5. Writ denegado.

O recorrente foi denunciado pela prática do crime tipificado no art. 121, *caput*, e art. 163, ambos do CP.

Neste recurso, argumenta que a prisão em flagrante foi convertida em preventiva, sem representação do MP ou requerimento da autoridade policial, em desacordo com o previsto no art. 311 do CPP, bem como que o decreto prisional não apresenta fundamento idôneo e não estão presentes os requisitos da prisão preventiva previstos no art. 312 do CPP.

Requer o provimento do recurso, para revogação da prisão preventiva, mediante a imposição das medidas cautelares do art. 319 do CPP.

A liminar foi indeferida.

Superior Tribunal de Justiça

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pelo *não provimento do recurso ordinário em habeas corpus*.

Todavia, na origem, proferiu-se sentença, em 19/12/2019, pronunciado o recorrente, contudo, expediu-se alvará de soltura em seu favor, mediante imposição de medidas cautelares diversas da prisão, consoante o documento de fl. 367.

Logo, encontra-se superada a pretensão aqui trazida.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator